

XLVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

São Tomé, 15 e 16 de julho de 2024

Relatório Final ¹

1. Apresentação das Propostas de Atividade submetidas pelas Entidades Executoras

Em momento prévio à realização da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, que teve lugar em São Tomé, nos dias 15 e 16 de julho de 2024, foi realizada, no dia 20 de junho de 2024, em formato digital, a apresentação das Propostas de Atividade submetidas pelas Entidades Executoras², para que os Pontos Focais de Cooperação da CPLP (PFC) pudessem inteirar-se dessas propostas e esclarecer eventuais dúvidas junto dos proponentes.

A primeira proposta de atividade apresentada foi: “Lusofonia em Timor-Leste”, pelo proponente Fact Diligente, Lda (adiante Diligente), que esteve representado pelo seu Diretor, Eduardo Soares.

A segunda proposta apresentada foi: “VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galícia”, pelos proponentes Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil (MMA) e pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental, que se fizeram representar pelo Presidente da Associação Portuguesa de Educação Ambiental, Joaquim Ramos Pinto. Esteve prevista a presença do Diretor de Educação Ambiental e Cidadania do MMA, Marcos Sorrentino mas que, por motivos imprevistos, não conseguiu assegurar a sua participação.

A terceira proposta apresentada foi: “Ação piloto de extensão comunitária e social na barbearia”, pela Escola Barber Pro Education, representada por Eduardo Müller e Oldair Graça.

A quarta proposta apresentada foi: “9ª Assembleia-Geral da Rede dos Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE)”, pelo proponente Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA, I. P.), representado pelo Vogal do Conselho Diretivo, Abel Carreira e pela Diretora da Cooperação e Comunicação, Ana Nave.

A quinta e última proposta apresentada foi: “2ª Conferência de Hidrografia da CPLP”, apresentada pelos proponentes Instituto Hidrográfico de Portugal (IH) e pelo Secretariado

¹ Aprovado em 13 de agosto de 2024.

² Conforme deliberação da XLIII RPFC, de 15 e 16 de março de 2022, “[a]s apresentações por parte das entidades proponentes passarão a ser realizadas em momento prévio às RPFC, em formato virtual, preferencialmente na semana que antecede a realização das mesmas”.

Executivo da CPLP (SECPLP), representados, respetivamente, pelo Diretor-técnico do IH, João Paulo Delgado Vicente e pelo Diretor de Cooperação do SECPLP, Manuel Clarote Lapão (DC).

Findas as apresentações, os representantes dos Estados-Membros tiveram a oportunidade de pedir esclarecimentos e informações adicionais aos proponentes.

2. Abertura

As saudações de boas-vindas couberam ao Dr. Nilson Lima, Ponto Focal de Cooperação de São Tomé e Príncipe e Coordenador da Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFC) que augurou bons trabalhos para os responsáveis pela cooperação dos Estados-Membros da CPLP que haviam viajado para participar na Reunião (Lista de Participantes – **Anexo 1**).

O Secretário Executivo da CPLP, Zacarias Albano da Costa, abriu os trabalhos e dirigiu breves palavras aos Pontos Focais de Cooperação, fazendo votos de trabalhos produtivos e que permitissem avanços na agenda de cooperação da CPLP.

Destacou o esforço do SECPLP no seguimento dos diferentes assuntos que vinham emergindo das deliberações dos diferentes órgãos da CPLP e que implicavam um forte alinhamento com as decisões que conduziram à aprovação do novo enquadramento estratégico da cooperação da CPLP, entre 2019 e 2021.

Recordou que a melhoria promovida a nível dos dispositivos regulatórios, de planeamento, de execução, de monitorização e de avaliação e auditoria, necessitava de ser acompanhada por um aumento sustentado de recursos para o pilar de cooperação da CPLP, incrementando a sua previsibilidade e sustentabilidade.

Nesse sentido e, por fim, apelou a um acréscimo de contribuições para o Fundo Especial da CPLP, particularmente pelos Estados que ainda não o utilizavam, particularmente num momento em que articulação com diferentes parceiros é cada vez mais exigente.

3. Aprovação da Agenda de Trabalhos

Após a mesa de abertura passou-se para a análise da agenda da XLVIII RPFC.

O DC informou que não fora possível mobilizar o Secretariado Técnico Permanente da Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais para fazer uma apresentação e que, como tal, se propunha a retirada do ponto 5 da agenda.

O Ponto Focal de Cooperação de Portugal (PFC PT) solicitou a retirada do ponto 7.5 “Projeto de cooperação na área da Igualdade de Género no quadro do Fundo Especial da CPLP” da agenda.

A Ponto Focal de Cooperação do Brasil (PFC BR) solicitou a inclusão de um ponto no item 6 da Agenda, relativo ao “Programa para o fortalecimento das capacidades dos Estados-Membros para a definição de precedências para a interação com parceiros externos, para a elaboração de projetos e para a coordenação de projetos e supervisão de programas de cooperação para o desenvolvimento”, passando assim a figurar como ponto 6.5 da agenda. Solicitou, ainda, a introdução de um novo ponto no item 7 da agenda, sobre o “III Diálogo sobre Pequenos

Negócios e Empreendedorismo no âmbito da CPLP”, realizado em Brasília e em São Paulo, de 9 a 12 de julho de 2024, sendo este incluído como ponto 7.7 da agenda de trabalho.

Não havendo mais alterações, a agenda foi aprovada por unanimidade com as alterações propostas (**Anexo 2**).

4. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP e de outros temas de cooperação

4.1 Seguimento das deliberações da XLVII RPFC

O DC passou em revista as deliberações da última RPFC, fazendo um breve ponto de situação sobre a implementação das mesmas.

4.2 Execução Financeira do Fundo Especial da CPLP (junho de 2024)

O Diretor de Administração e Finanças (DAF) apresentou uma síntese do exercício de 2024 do Fundo Especial da CPLP relativo ao período entre janeiro e junho de 2024 (**Anexo 3**).

Na sua apresentação (**Anexo 4**) destacou que, em 2023, haviam sido executados 912 mil euros de recursos, correspondendo a uma execução acima dos 85%.

Não obstante, demonstrou preocupação com a diminuição de entrada de novos recursos em 2024, comparativamente a anos anteriores, bem como uma taxa de execução financeira mais baixa registada desde o início do ano até junho de 2024.

4.3 Relatório das Atividades do Quadro Bienal de Cooperação (QBC) 2023-2025

Neste ponto o DC procedeu a uma apresentação do QBC revisto, correspondente ao período de 2023 a 2025 (**Anexo 5**).

Indicou que existiam atividades em 11 setores que se encontravam alinhados com o Documento Estratégico de Cooperação (DEC), e assim consideradas prioritárias para o período entre 2020-2026, sem prejuízo de outras que poderiam também ser incluídas no QBC.

Em seguida passou em revista todas as atividades listadas no QBC, referindo o grau de execução das mesmas. Destacou a “Carta da CPLP de Direitos e Princípios em Ambientes Digitais”, a “Capacitação no quadro da aplicação do Acordo Internacional sobre Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ)”, o “Plano de Ação para o combate ao Trabalho Infantil (PACTI)”, o “Plano de Ação para a Inspeção do Trabalho” e a “Reunião Técnica para a Negociação do Acordo Administrativo para a aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP”, por se tratarem de iniciativas que estavam em curso, que não tinham sido incluídas previamente no QBC, e que considerou relevante inserir no documento face ao seu contributo para a agenda da cooperação da Comunidade.

A PFC BR, referindo-se ao Projeto “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP”, informou sobre uma reunião recente com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos

das Pessoas com Deficiência, onde fora confirmado o interesse dessa estrutura em realizar uma II Fase do Projeto. A proposta indicada passaria por, com base no diagnóstico realizado na 1ª Fase e em levantamentos que daí resultaram, fazer uma nova proposta para apresentar no “III Seminário CPLP Mercosul sobre Direitos Humanos”, que se iria realizar em novembro de 2024, cujo local estaria ainda por definir, cogitando-se a hipótese de ser realizado na Sede da CPLP, ou na Sede da Mercosul (Montevideo), ou ainda numa cidade no Brasil.

Relatou ainda que, no que respeitava ao projeto “Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania – Fase II”, se encontrava prevista uma visita de professores e alunos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Guiné-Bissau a Salvador da Bahia, entre 8 e 26 de outubro de 2024, para troca de experiências.

Abordou ainda a realização dos Jogos Desportivos da CPLP, dizendo que o Brasil estaria disponível para apoiar Timor-Leste no acolhimento dos Jogos e solicitou que Timor-Leste apresentasse um pedido de necessidades, para que o eventual apoio pudesse ser analisado.

O Ponto Focal de Cooperação de Angola (PFC ANG) corroborou essa solicitação, e instou a que Timor-Leste pudesse oficializar um pedido.

Foi ainda solicitado um esclarecimento ao SECPLP sobre a reedição da iniciativa “Corrida da CPLP Juntos contra a Fome”. O DC explicou que embora não constasse do QBC pretendia-se retomar a iniciativa, como forma de trazer visibilidade para a causa face ao retrocesso que o tema estava a sofrer e também assim mobilizar os Observadores Associados, comunicando o trabalho da CPLP nesse domínio. Acrescentou que, face a edições anteriores, seriam utilizados menos recursos, por se projetar que a corrida se realize num circuito fora da circulação pública e sem a necessidade de empregar os recursos utilizados nas edições anteriores em termos de policiamento. Informou, também, que se pretende contar com a colaboração da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), Câmara Municipal de Oeiras e com o Instituto Português de Desporto e Juventude (IPDJ). Disse, ainda, que o orçamento da iniciativa rondaria os €12.000.

O DC fez um balanço dos totais que a CPLP, em termos históricos, havia aplicado em atividades de cooperação já concluídas, observando que o Fundo Especial da CPLP já havia financiado projetos no valor de €9.874.636,87 e ações pontuais no valor de €2.207.480,36, perfazendo um total de €12.082.117,23 executados desde o início do Fundo Especial da CPLP. Afirmou que esta memória histórica permitia concluir que as atividades financiadas pelo Fundo Especial da CPLP mantinham algumas características predominantes como o facto de se caracterizarem por serem essencialmente atividade com a tipologia de projeto, com valores em torno dos €100.000,00 e que incidem fundamentalmente em ações de reforço da capacidade institucional de instituições dos Estados-Membros e formação dos seus quadros. Concluiu dizendo que o impacto de todas estas atividades junto das instituições beneficiárias, dos Estados-Membros e das suas populações era muito superior ao valor dos recursos aplicados e que seria interessante ter uma noção desse resultado.

O PFC ANG agradeceu as informações, aproveitou para felicitar São Tomé e Príncipe pela comemoração da sua independência. Dirigiu uma palavra a Timor-Leste, sopesada a sua ausência da passada RPFC. Informou que a realização do censo em Angola havia sido adiada para setembro.

A PFC BR agradeceu o relatório apresentado, indicando que a prospeção de iniciativas enaltecia o potencial de cooperação da CPLP. Interrogou sobre algumas das áreas não-alinhadas com o DEC, como economia, finanças e comércio, dada a prioridade que lhes estava a ser concedida pela Organização, bem com as iniciativas “Congresso da Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP” e a “Rede de Escolas de Saúde Pública”, sugerindo que pudessem também ser acrescentadas ao QBC. Abordou também a última reunião da RINSP, notando que ao valor executado pelo SECPLP existiam também contribuições de Brasil e de Moçambique, as quais deveriam ser registadas.

Por fim, referiu-se ao balanço feito pelo DC, detendo-se no valor relatado de €12 milhões de euros já executado pela CPLP, para recordar que para além desse valor haveria um custo não computado: o saber dos especialistas cujo valor elevaria esses totais e ponderou se seria possível quantificar esse montante para valorizar adequadamente o que fora feito.

A representante da Guiné-Bissau usou da palavra para mencionar os obstáculos existentes por conta das barreiras alfandegárias, considerando que se tratava de um aspeto que deveria ser abordado e levado às ministeriais setoriais com responsabilidade no tema. De igual forma, lamentou a ausência do seu Ponto Focal da última RPFC, em Díli.

O Ponto Focal de Cooperação da Guiné Equatorial (PFC GE), aproveitando a palavra, lamentou igualmente os constrangimentos que levaram a que não pudesse ter estado presente em Díli, em março. Informou que, para as atividades que se iriam realizar no seu país, nomeadamente, “Manuais de Arquitetura Sustentável para Brasil e Guiné Equatorial” e “Plano de Ética no Desporto da CPLP Fase II”, os Pontos Focais setoriais estavam informados e que os respetivos contatos iriam ser disponibilizados.

A Ponto Focal de Cooperação de Moçambique (PFC MOÇ) agradeceu o apoio da CPLP nas atividades realizadas no seu país, com destaque para o VII Congresso de Educação Ambiental.

A representante de Timor-Leste saudou a atualização do QBC, mas notou uma diferença na atualização promovida entre as atividades de cooperação e as atividades relacionadas com os setores da Cultura, Língua e Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, solicitando uma atualização dessas para a próxima RPFC.

4.4 Apuramento de recursos disponíveis no Fundo Especial da CPLP

O DC apresentou um quadro com base na informação prestada pelo Diretor de Administração e Finanças, reunindo o resumo do apuramento dos Recursos Livres disponíveis para deliberação dos PFC.

Informou que, a partir dos limites de consignação, haviam sido apurados um total de 1.902,09€, relativos a 2022 e de 73.536,53€, relativos a 2023, a que se acresciam 762,49€, relativos a juros vencidos de 2023.

Quanto às iniciativas que já se encontravam concluídas, indicou a existência de um valor relativo à Conferência 75 anos Declaração Universal de Direitos Humanos, no total de €2.965,94.

Os PFC decidiram que os recursos remanescentes da Atividade Conferência 75 anos Declaração Universal de Direitos Humanos deveriam reverter para recursos livres.

Com base nos recursos disponíveis no Fundo Especial, a XLVIII RPFC apurou um total de recursos livres disponíveis para alocação a novas atividades no valor de 79.167,05€.

- 5. Propostas de Atividade para apreciação/deliberação**
 - 5.1 Novas Propostas de Atividade**
 - 5.1.1 Lusofonia em Timor-Leste**
 - 5.1.2 VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza**
 - 5.1.3 Ação Piloto de extensão comunitária e social na Barbearia**
 - 5.1.4 Realização da 9ª Assembleia-Geral da Rede dos Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE)**
 - 5.1.5 2ª Conferência de Hidrografia da CPLP**
 - 5.2 Deliberação sobre Propostas de Atividade para inclusão no QBC**

O DC recordou que as atividades haviam sido apresentadas em reunião eletrónica no dia 20 de junho de 2024 e lembrou as “Categorias de decisão para Deliberação sobre Propostas de Atividade”.

Abordando a primeira proposta de atividade – “Lusofonia em Timor-Leste”, a PFC BR informou que fora consultado o Ministério da Educação (MEC), o qual pedira que transmitisse que os objetivos apresentados estavam em linha com as expectativas nacionais de Timor-Leste e da CPLP e que, o MEC, em parceria com a ABC e com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), selecionara 12 professores de Institutos Federais para participarem da etapa-piloto de cooperação técnico-educacional em favor de Timor-Leste, a realizar ao longo do segundo semestre de 2024. Este apoio beneficiaria a formação contínua de professores timorenses responsáveis por disciplinas profissionalizantes do Programa Produtivo do Ensino Secundário Técnico-Vocacional, nas seguintes áreas: contabilidade, comércio, secretariado, gestão de equipamentos informáticos, multimídia, linguagens de programação, produção agrícola e construção civil. Para além do aprimoramento docente nessas áreas, o projeto pretendia reforçar o uso do português pelos docentes que receberão as formações.

O representante de Timor-Leste anunciou que Timor-Leste financiaria a atividade em €50.000.

O PFC ANG propôs a reformulação do projeto para reduzir orçamento.

A XLVIII RPFC deliberou incluir a atividade no QBC e aprová-la com a categoria de decisão “b” aprovação condicionada, sujeita a revisão orçamental e técnica, devendo ser reapreciado pela XLIX RPFC, de fevereiro/março de 2025.

A segunda proposta de atividade – “VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza” – foi comentada pela PFC BR que recordou que o valor solicitado ao FE representava apenas um terço do orçamento da atividade, e que se esperavam mais de 1000 pessoas no evento, com alguma probabilidade de o orçamento total ser superior ao previsto. Relatou ainda já haviam sido consignados recursos, a título de contrapartida, de mais de €260.000, provenientes do Ministério do Meio Ambiente, da Itaipu Binacional, do Governo do Estado do Amazonas, entre outros parceiros nacionais.

O PFC PT informou que era intenção de Portugal apoiar aquela atividade, mas que a mudança recente da Direção do Instituto Camões, I.P. inviabilizava que esse apoio pudesse ser anunciado naquele momento.

A XLVIII RPFC deliberou pela inclusão no QBC da atividade e pela sua aprovação com a categoria de decisão “b” aprovação condicionada, sujeita a obtenção de financiamento. Decidiu ainda alocar €10.960,97 para financiamento da atividade, a partir dos recursos livres existentes no Fundo Especial da CPLP.

A terceira proposta de atividade – “Ação Piloto de extensão comunitária e social na Barbearia” – foi comentada pela PFC BR que indicou que a mesma havia sido encaminhada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que afirmara que a atividade apresentava uma iniciativa relevante e inovadora, com potencial para promover a integração social, cultural, económica e política dos jovens dos Estados da CPLP. Acrescentou que a criação de uma barbearia-escola como foco em microempreendedorismo oferecia um ambiente prático e formativo para o desenvolvimento de habilidades técnicas e empreendedoras.” Disse ainda que o MDS fizera recomendações de aprimoramentos sobre os seguintes tópicos: “Plano de Implementação”, “Currículo e Metodologia”, “Inclusão e Diversidade”, “Sustentabilidade”, “Monitoramento e Avaliação”, “Comunicação e Divulgação” e “Integração com outras Iniciativas”, as quais, informou, iriam ser transmitidas ao Secretariado Executivo da CPLP.

O PFC PT recordou que o projeto, à semelhança do projeto apresentado pela entidade “Diligente”, tinha recebido uma pontuação mais baixa face às demais atividades apresentadas. Notou, ainda, o maior envolvimento dos Estados-Membros em outros projetos e de um maior custo-eficiência dos mesmos.

A RPFC deliberou pela inclusão no QBC da atividade “Ação Piloto de extensão comunitária e social na Barbearia”, tendo aprovado técnica e financeiramente a atividade. O financiamento da atividade seria dividido entre €4.383,50 a partir dos recursos livres existentes no Fundo Especial da CPLP e €100.000 a partir dos recursos de Angola existentes no Fundo Especial.

A “9ª Assembleia-Geral da Rede dos Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE)” foi a proposta de atividade que mereceu seguidamente a atenção dos PFC. O PFC PT informou que era intenção de Portugal apoiar aquela atividade, acrescentando que esse apoio poderia ser próximo do valor solicitado pela entidade executora, mas que a recente mudança da Direção do Instituto Camões, I.P. inviabilizava que tal pudesse ser anunciado naquele momento.

A XLVIII RPFC deliberou pela inclusão da atividade no QBC e pela sua aprovação com a categoria de decisão “b” aprovação condicionada, sujeita a obtenção de financiamento. Decidiu ainda alocar €5.000,00 para financiamento da atividade, a partir dos recursos livres existentes no Fundo Especial da CPLP.

A última proposta de atividade a ser considerada pela RPFC foi a “2ª Conferência de Hidrografia da CPLP”. A PFC BR informou que, segundo a Marinha do Brasil, a realização de eventos daquela natureza era importante do ponto-de-vista político e técnico, já que contribuía para o intercâmbio de conhecimentos e para o desenvolvimento de capacidades.

A RPFC deliberou pela inclusão da atividade “2ª Conferência de Hidrografia da CPLP”, no QBC, tendo aprovado técnica e financeiramente a atividade. O financiamento da atividade, no

valor de €58.822,58, será concretizado a partir dos recursos livres existentes no Fundo Especial da CPLP.

6. Enquadramento estratégico da cooperação da CPLP

6.1 Informações sobre as visitas de monitorização a Atividades apoiadas pelo Fundo Especial

O DC fez um breve relato sobre as visitas realizadas às entidades timorenses monitorizadas aquando da XLVII RPFC, que decorreria em março de 2024, em Díli. Destacou a melhoria da articulação com os Pontos Focais setoriais de Timor-Leste em função das visitas e reuniões realizadas com os setores do Ambiente, Turismo, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional Trabalho e Assuntos Sociais, Governação Eletrónica e, Laboratórios de Engenharia Civil e do seminário realizado com os Pontos Focais setoriais nacionais.

Informou também sobre a recente Missão a Malabo para capacitação dos Pontos Focais setoriais daquele Estado-Membro e indicou o interesse, tanto das autoridades de Malabo como de Díli, de que pudesse ser dado seguimento às formações iniciadas em 2024. Aventou a possibilidade de se juntar a estas, a atividade de capacitação dos PFC que estaria a ser planeada pelo Brasil.

O PFC GE indicou que havia sido promovida uma alteração interna em prol de uma articulação mais ágil com a CPLP, em que os Diretores Nacionais se tornariam Pontos Focais setoriais por inerência e que a indicação desses responsáveis seria formalizada em breve.

6.2 Definição do Estado-Membro a monitorizar em 2025 (primeira RPFC de 2025)

O DC recordou a disponibilidade manifestada por Moçambique em acolher a XLIX RPFC, ao que a PFC MOÇ solicitou um prazo curto para poder confirmar essa disponibilidade.

O PFC ANG propôs que, por motivos operacionais e logísticos, se pudesse ponderar o regresso da primeira RPFC do ano à Sede da CPLP, proposta que não mereceu o acolhimento da Reunião, pois invalidaria o esforço que foi prosseguido nos últimos anos com a realização de atividades de capacitação dos pontos focais setoriais nacionais dos Estados-Membros que acolhem essa reunião e limitaria o alcance do resultado que tem sido prosseguido com a monitorização no terreno de várias atividades do QBC

O PFC GE disponibilizou-se para acolher a próxima RPFC, caso Moçambique não o pudesse fazer.

Face à oferta da Guiné-Equatorial, a XLVIII RPFC deliberou que a primeira Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação da CPLP de 2025 (XLIX RPFC) seria realizada na Guiné-Equatorial, ocasião em que seria efetuado um novo Seminário de Capacitação dos Pontos Focais Setoriais Nacionais e uma Missão de Monitorização das atividades financiadas pelo Fundo Especial, em execução na Guiné-Equatorial.

6.3 Calendário e modelo das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP

O DC recordou a aprovação do Calendário das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP (**Anexo 6**), tendo explicado que seria de suma importância aferir as disponibilidades dos Ministros nas

diferentes áreas para facilitar o agendamento das RMS previstas. Recordou que, de acordo com o calendário, em outubro deveriam decorrer Reuniões Ministeriais nas áreas da Juventude e Desportos; do Turismo; dos Ministros do Ambiente; e dos Ministros da Água. Acrescentou que, em novembro de 2024, estava também prevista a realização do SILUSBA, em Maputo. Acrescentou, por fim, que haveria sido manifestada disponibilidade para a realização da Reunião de Ministros do Turismo em Díli, assunto que seria concertado a Presidência *pro tempore*.

6.4 Manual de Cooperação da CPLP

O DC deu conta da reimpressão de vários exemplares do Manual, que continha correções e aditamentos face à anterior versão, designadamente com a inclusão de um conjunto de anexos decorrentes da aprovação da “Resolução sobre o Reforço da Organização e Funcionamento das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP”, em São Tomé, em julho de 2023. Notou, ainda, que esta iniciativa decorreria de inspiração resultante do Seminário de Díli, em 2024, onde haviam sido também impressas versões deste Manual, cortesia de Timor-Leste.

6.5 Programa para o fortalecimento das capacidades dos Estados-Membros para a definição de precedências para a interação com parceiros externos, para a elaboração de projetos e para a coordenação de projetos e supervisão de programas de cooperação para o desenvolvimento

A PFC BR informou que se tratava da retomada de um projeto que já havia sido desenvolvido, para, de forma conjunta, reforçar as capacidades nacionais, encontrando-se alinhada com o DEC no que tangia ao reforço orgânico, e assim melhorar o diálogo e o alinhamento entre as estruturas protagonistas da cooperação da CPLP. Informou que em breve encaminharia um questionário para identificação das prioridades em termos de gestão da cooperação, bem como subtemas sobre o fortalecimento institucional de órgãos responsáveis pela cooperação. Explicou que as respostas recebidas permitiriam a formatação dos cursos do Programa, que seria elaborado de forma coletiva e direcionada às necessidades dos países. Esta proposta de programa de capacitação será focada nos aspetos que envolvam a operacionalização da cooperação para o desenvolvimento (elaboração e gestão de projetos).

7. Informações e outros assuntos

7.1 Projetos de Resolução para a XXIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP com impacto no pilar da cooperação

O DC deu conta de que a Direção de Cooperação, em articulação com as outras estruturas do SECPLP, tinha apresentado duas propostas de resolução: uma sobre o “Acordo BBNJ” e outra sobre a “Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP”. Explicou que as mesmas haviam sido debatidas durante os trabalhos do GT MIN ao longo das suas várias reuniões. Em seguida passou em revista ambas as resoluções.

7.2 1ª Reunião da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos da CPLP

O DC informou sobre a realização desta Reunião a 19 de junho, em formato virtual, cuja Ata havia sido circulada oportunamente. Recordou que, no seguimento da reunião havia sido identificado um conjunto de iniciativas e atividades que seriam incluídas numa proposta de Plano de Ação. Passou, seguidamente, em revista, o nome dos Pontos Focais indicados pelos

Estados-Membros e solicitou aos EM que ainda não tinham identificado os seus Pontos Focais que o pudessem fazer no melhor calendário possível. Por fim, indicou que estaria prevista, para final de novembro de 2024, uma reunião presencial, na Sede da CPLP.

7.3 Preparação da COP 30 (Brasil, 2025)

O DC solicitou o apoio dos PFC recordando uma deliberação da Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP (RMA), que insta à promoção da afirmação da CPLP em fóruns multilaterais sobre ambiente. Nesse espírito, disse ser desejável que a CPLP pudesse acompanhar os trabalhos e atividades que decorrem durante uma Conferência das Partes (COP), dado que são conferências de alto nível, organizadas pelas Nações Unidas, que reúnem Estados, organizações regionais e atores não estatais. Deu conta que o SECPLP tinha tentado registar-se junto da autoridade que gere a COP em várias ocasiões no passado, mas que tinham existido sempre dificuldades na inscrição. Observou que, nesses encontros, os Estados habitualmente dispunham de pavilhões e que várias iniciativas emanavam de atividades que tinham surgido no contexto de atividades da CPLP acompanhadas pelo SECPLP. Como tal, a ausência do SECPLP refletia-se na dificuldade posterior em reportar. Pediu que, enquanto a CPLP não pudesse formalmente participar, se pudesse procurar integrar elementos do SECPLP em delegações nacionais para acompanharem e estarem credenciados, e reportarem devidamente aos órgãos da CPLP.

A PFC BR forneceu informações sobre os preparativos logísticos para a COP de Belém, em 2025. Recordou que a COP 29, que iria decorrer ainda em 2024, em Baku, deveria determinar os aspetos negociadores centrais da COP 30 e seria uma etapa crucial nos necessários ajustes ao regime multilateral sobre mudança do clima. Reforçou que, por essa questão, encorajaria a ativa participação dos países da CPLP em todo esse percurso. Informou que, no período até à COP de Belém, os países apresentariam a sua segunda ronda de compromissos sobre o cumprimento do Acordo de Paris, as chamadas “contribuições nacionalmente determinadas” (NDCs) e que seria fundamental que o conjunto de NDCs alinhasse os esforços coletivos ao objetivo de limitar o aquecimento global a 1.5°C. Revelou que o Brasil esperava que os Estados da CPLP pudessem oferecer contribuições relevantes nesse sentido, na medida das capacidades de cada um. Por fim, disse que a COP 30 seria um momento em que a CPLP também poderia potencializar a unidade que a língua comum proporciona para trabalharem em conjunto num financiamento climático à altura do desafio que o planeta enfrenta. Sublinhou que seria crucial que fossem encontrados recursos para a promoção do desenvolvimento sustentável, no contexto da transição justa para sociedades de baixo-carbono e da erradicação da pobreza.

7.4 Resultados da I Convocatória do Fundo de Cooperação Triangular Portugal - América Latina - África

O PFC PT deu nota da apresentação dos resultados do Fundo Triangular de Cooperação Portugal-América Latina-África, uma iniciativa lançada na Cimeira Ibero-Americana de 2023, com o objetivo de fortalecer a cooperação e a colaboração multilateral entre regiões geográfica e culturalmente diversas para enfrentar desafios comuns e partilhar soluções inovadoras. Informou que, em abril de 2024, haviam recebido 370 candidaturas, que levaram à seleção de seis projetos inovadores em educação, saúde, igualdade de género, alterações climáticas e transformação digital. Destacou projetos como a agrobiodiversidade do cacau e transição digital em São Tomé e a formação em enfermagem em Cabo Verde e Moçambique. Por fim, afirmou que as iniciativas iriam reforçar a ligação entre a Ibero-América e os países africanos de língua

portuguesa, promovendo um desenvolvimento sustentável e que estaria em preparação uma segunda convocatória, tendo em vista continuar a fortalecer as relações estratégicas entre as regiões.

7.5 Cimeira do Futuro – A nossa agenda Comum, Nova Iorque, 22 e 23 de setembro de 2024

O DC falou sobre a importância deste evento que se iria realizar entre os dias 22 e 23 de setembro, em Nova Iorque. Sublinhou a relevância das temáticas que iriam ser discutidas no âmbito do mesmo e que, grosso modo, iriam abordar muitos dos acordos e compromissos existentes, aos quais a CPLP se tem associado, nomeadamente sobre a prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

E, nesse sentido, observou que existiam vários pontos em agenda com ligação ao Programa da Presidência São-tomense da CPLP. Solicitou aos Estados-Membros que informassem o SECPLP sobre os posicionamentos que iriam assumir durante o evento e indicou que, caso o Secretariado Executivo participasse, também o faria.

O PFC PT informou que Portugal estava a preparar dois eventos à margem da Cimeira, e que assim que possível informaria os restantes Estados-Membros sobre os mesmos.

7.6 4ª Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS4), Antígua e Barbuda, 27 a 30 de maio de 2024

O PFC PT deu conta de que Portugal tinha participado na 4ª Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS4), realizada na Antígua e Barbuda, entre 27 e 30 de maio de 2024. Informou que Portugal tinha participado ativamente durante os trabalhos desta conferência, e co-moderado o “Diálogo Interativo sobre financiamento e parcerias globais”, um fórum crucial para discutir soluções financeiras inovadoras. Acrescentou que tinham organizado dois *side-events* significativos, em parceria com a OCDE, sobre “A aplicação do novo Índice Multidimensional de Vulnerabilidade das Nações Unidas”, com a participação de Cabo Verde; e sobre “Economia Azul”, realizado virtualmente, com a contribuição da Guiné-Bissau. Referiu, ainda, que haviam promovido ativamente a conversão da dívida em investimentos climáticos e ambientais, o que demonstrava o compromisso de Portugal com o desenvolvimento sustentável e a importância da cooperação triangular, uma abordagem inovadora com potencial para beneficiar os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Finalmente, expressou o apoio de Portugal à candidatura de Cabo Verde para sediar a próxima Conferência Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS5).

A Ponto Focal de Cooperação de Cabo Verde (PFC CV) agradeceu o apoio e solicitou apoio dos restantes Estados-Membros à sua candidatura para organizar o SIDS5.

O PFC GB manifestou o seu apoio à candidatura de Cabo Verde e instou a que os demais Estados-Membros o fizessem, observando a importância deste fórum no processo de adaptação às alterações climáticas e de transição energética.

7.7 III Diálogo sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo e no âmbito da CPLP, realizado em Brasília e em São Paulo, 9 a 12 de julho de 2024

A PFC BR fez uma apresentação sobre esta iniciativa, que havia sido realizada entre os dias 9 e 12 de julho, em Brasília e em São Paulo (**Anexo 7**).

8. Preparação e Aprovação da Grelha de Deliberações

A Grelha de Deliberações foi preparada e apresentada à Reunião pelo DC.

A Grelha de Deliberações aprovada consta no **Anexo 8**.

9. Encerramento dos Trabalhos

O DC fez um balanço dos trabalhos da RPFC e da cooperação da CPLP ao longo das últimas duas décadas, observando uma evolução muito positiva e um reforço no empenho dos Estados-Membros. Recordou que a CPLP já tinha tido 4 visões estratégicas que orientaram a cooperação da CPLP e que foram sendo atualizadas em conformidade. Considerou que ainda havia um potencial significativo por explorar, nomeadamente ao nível dos trabalhos na agenda internacional, bem como o desafio de incluir os Observadores Associados nos trabalhos da Organização, lançando a sugestão de que estes pudessem, no futuro, participar nos trabalhos da RPFC. Afirmou que a cooperação da CPLP gozava hoje de maior visibilidade, credibilidade e consistência, sendo a candidatura de Cabo Verde ao SIDS5 um exemplo da forma como esse ativo deveria ser aproveitado.

O Coordenador agradeceu aos PFC pela presença, pelo empenho e trabalho, o que permitira o avanço dos trabalhos de acordo com as expetativas.

Não havendo nada mais a declarar, deu-se por encerrada a Reunião.

Lista de Anexos:

1. Lista de Participantes
2. Agenda da XLVIII RPFC – versão final
3. Síntese do Exercício do Fundo Especial janeiro – junho de 2024
4. Apresentação sobre a Execução Financeira do Fundo Especial da CPLP (junho 2024)
5. Quadro Bienal de Cooperação (QBC) 2023-2025
6. Calendário das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP
7. Apresentação sobre o III Diálogo sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo no âmbito da CPLP
8. Grelha de Deliberações da XLVIII RPFC

Anexo 1

**XLVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCALIS DE
COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA - CPLP**

São Tomé, 15 e 16 de julho de 2024

LISTA DE PARTICIPANTES

• **ANGOLA**

- Carlos Sardinha Dias, Embaixador, Ponto Focal de Cooperação, Diretor da Direção de Cooperação Internacional, Ministério das Relações Exteriores (MIREX)
- Ministra Conselheira Imaculada de Carvalho – Missão de Angola junto da CPLP
- Conselheira Madalena Vusawekumbi – Chefe de Departamento da CPLP
- Segunda-Secretária Georgina Vieira - Missão de Angola junto da CPLP
- Terceiro-Secretário Gildo dos Santos - Direção de Cooperação Internacional, Ministério das Relações Exteriores (MIREX)

• **BRASIL**

- Alessandra Ambrosio, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP (CGCPLP) da ABC e Ponto Focal de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores
- Alda Alves da Silva, Assessora Técnica, ABC

• **CABO VERDE**

- Maria de Fátima Vaz Almeida Santos, Ministra Plenipotenciária e Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional
- Maria Fernanda Fernandes, Ministra Plenipotenciária, Embaixada de Cabo Verde em Portugal
- Filomena Auxiliadora Lopes, Técnica Superior, Embaixada de Cabo Verde em Portugal

• **GUINÉ-BISSAU**

- Moisés Lopes dos Santos, Diretor Geral da Cooperação Internacional do MNECIC e Ponto Focal de Cooperação
- Mariama Pinto, Conselheira, Embaixada da República da Guiné-Bissau em Portugal

- **GUINÉ EQUATORIAL**
 - Ricardo Mateo Sila, Embaixador Encarregado da Lusofonia Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Assuntos Exteriores
 - Regina Martins, Missão Permanente da Guiné Equatorial junto da CPLP
- **MOÇAMBIQUE**
 - Ilda Trigo Raivoso, Diretora-Adjunta para as Organizações Internacionais e Conferencias (DOIC) e Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC);
 - Inácio Muzime, Chefe de Departamento de Política Internacional e Desk Officer para a CPLP (DOIC/MNEC);
 - Maria do Céu Cardoso, Conselheira, Embaixada de Moçambique em Lisboa
- **PORTUGAL**
 - Virech Maugi, Ponto Focal de Cooperação, Direção de Serviços de Cooperação Multilateral e Europeia, Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.
- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
 - Nilson Lima, Conselheiro e Ponto Focal de Cooperação
 - Edgar Torres, Técnico Superior, Embaixada de São Tomé e Príncipe em Lisboa
- **TIMOR-LESTE**
 - António Joaquim de Almeida Vieira, Diretor Interino para os Assuntos da CPLP
 - Andreia Pires, Técnica Superior, Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP
 - Igitto Ximenes, Oficial Direção Nacional CPLP
- **Secretariado Executivo da CPLP**
 - Zacarias Albano da Costa, Secretário Executivo da CPLP
 - Filomena Duarte, Chefe do Gabinete do Secretário Executivo
 - Manuel Clarote Lapão, Diretor de Cooperação
 - Macsud Ismail, Diretor de Administração e Finanças
 - Ivan da Cunha Njinga, Diretor Destacado da Direção de Assuntos Económicos e Empresariais
 - António Ilharco, Assessor de Comunicação e Imagem
 - Mário Mendão, Assessoria Jurídica
 - Philip Baverstock, Técnico Superior da Direção de Cooperação